

A má distribuição educacional

Estudo do Ipea revela que Brasil tem enorme desigualdade de renda por não educar o povo
Idéiação

Andréa Dunningham

Editoria de Arte

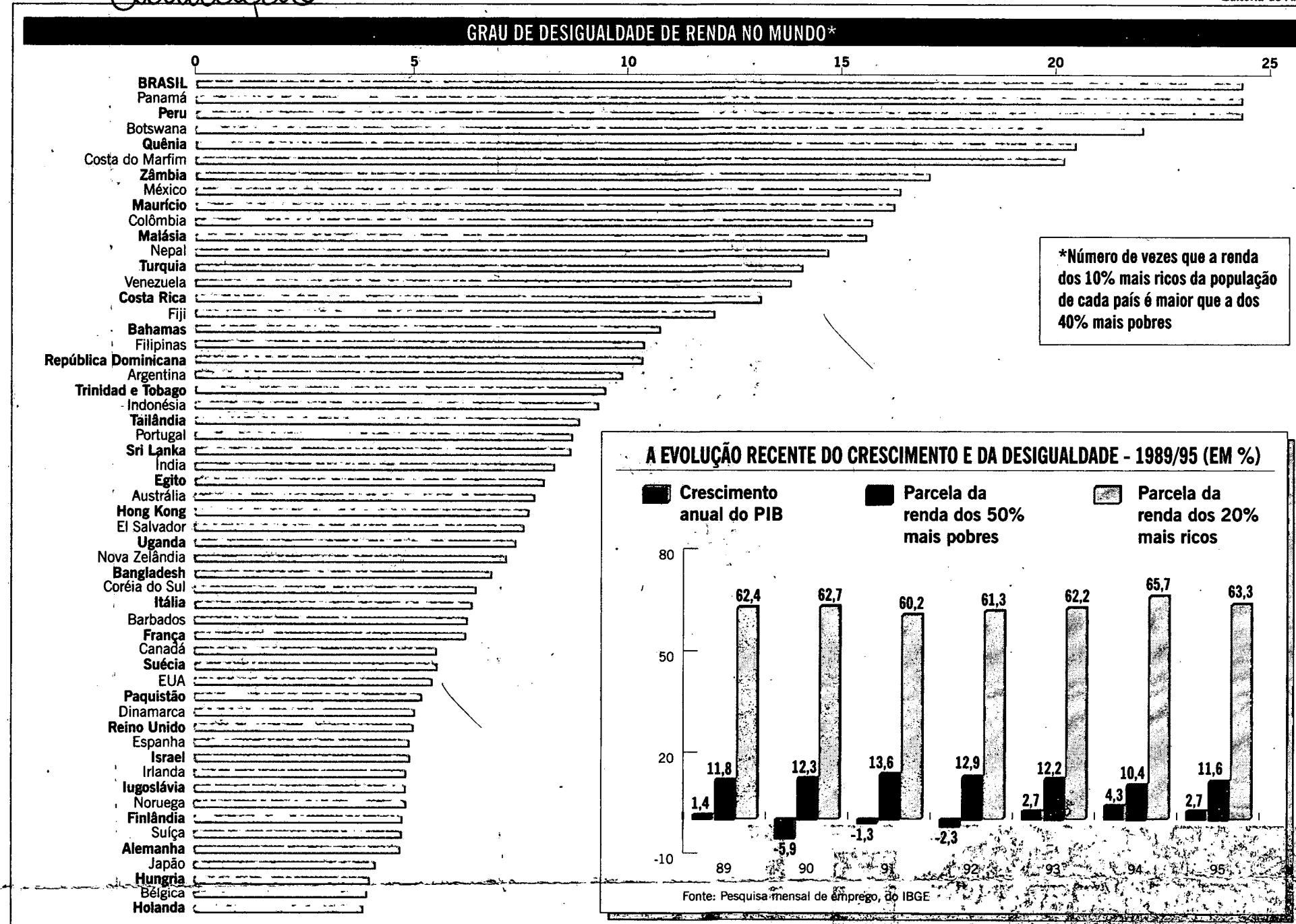
Apesar da melhora na distribuição de renda promovida pelo Plano Real, o Brasil continua sendo um dos países com maior grau de desigualdade de renda no mundo. Enquanto na média mundial a renda de um indivíduo que esteja entre os 10% mais ricos de um país é até dez vezes maior do que a renda de um cidadão que esteja entre os 40% mais pobres, no Brasil, a proporção é muito maior. De acordo com um estudo dos economistas Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça, lançado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no início dos anos 90 a parcela mais rica da população brasileira ganhava quase 30 vezes mais do que a camada mais pobre. O diretor de Pesquisa do instituto, Claudio Considera, afirma que nos últimos 12 meses a queda da inflação fez essa diferença cair para cerca de 24 vezes, mas admite que, apesar da significativa melhoria, o país ainda não perdeu o título de um dos maiores concentradores de renda do mundo.

A situação do Brasil é bem mais crítica do que a de uma série de países subdesenvolvidos, como é o caso de Bangladesh, El Salvador e Quênia. Nos dois primeiros, os 10% mais ricos não chegam a ganhar oito vezes mais do que os 40% mais pobres, enquanto no Quênia a proporção é de 20 vezes. O Brasil está hoje na mesma faixa que o Panamá e o Peru e perde de muito longe para a Holanda, onde os mais ricos ganham apenas quatro vezes mais do que os mais pobres.

Grau de educação influencia diretamente os salários no Brasil

O estudo de Paes de Barros e Rosane faz parte da publicação "A Economia Brasileira em Perspectiva" e mostra que as disparidades educacionais entre os trabalhadores brasileiros são uma das principais razões para a desigualdade de renda no país. Da força de trabalho brasileira, quase 15% são de trabalhadores sem formação alguma e, de acordo com os economistas, estudos comparativos entre o Brasil e os Estados Unidos revelam que o grau de desigualdade educacional do Brasil é seis vezes superior ao dos EUA.

O estudo avalia que, se houvesse um nível melhor de educação no Brasil, não haveria tanta desproporção salarial. É que o mercado de trabalho brasileiro valoriza em muito a educação, mas até do que a média dos países no mundo. No Brasil, cada ano de escolaridade adicional tende a elevar o nível salarial do trabalhador em cerca de 15%, chegando a 20% para o grupo com nível superior. Na média de todo o mundo, estabelece-



se um ganho de 10% para cada ano.

— Estima-se que se os diferenciais de salário por nível educacional fossem eliminados, e tudo mais permanecesse constante, a desigualdade salarial no Brasil declinaria de 35% a 50% — diz Paes de Barros.

O principal problema é que, apesar dessa valorização, a taxa de produtividade de ensino do país é a mais baixa da América do Sul, conforme mostra um estudo da economista Lizete Pereira Nunes, que também faz parte da coletânea do Ipea. Lizete afirma que mais da metade das crianças brasileiras repete a primeira série e que praticamente um terço de toda a instrução não produz resultados formais. Mesmo aos 17 anos, observa ela, idade prevista para o término do Segundo Grau, 22% ainda estão cursando o Primeiro Grau.

Mas, além da escolaridade, as diferenças salariais também são influenciadas por outras variáveis. Um exemplo disso são as diferenças existentes por conta de discriminação: o nível salarial das mulheres é, em média, 40% inferior ao dos homens (mesmo em cargos idênticos), enquanto a renda média dos homens pretos e pardos é entre 40% e 45% inferior à dos homens brancos — um percentual que se mantém constante nos últimos 30 anos.

Segundo Considera, a introdução do Plano Real, em julho de 94, começou a reverter o modelo de distribuição, mas ainda há muito o que caminhar. Num trabalho intitulado "Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização", Considera e Marcelo Neri mostraram que a redução instantânea da taxa de inflação fez com que os 50%

mais pobres do país aumentassem sua participação na renda nacional em 1,2 ponto percentual (passando a deter 11,6% da renda), enquanto os 20% mais ricos perderam 2,4 pontos, ficando com uma participação de 63,3%. Em números absolutos, o impacto desta redistribuição foi um aporte adicional de renda de R\$ 7,3 bilhões para os pobres, enquanto os ricos perderam R\$ 12 bilhões.

Pelo cenário econômico atual, pode-se estimar que a distribuição de renda no Brasil vá melhorar mais até o fim da década. Na avaliação do presidente do Ipea, Fernando Rezende, a estabilização caminha solidamente e já aparecem sinais de crescimento econômico neste segundo semestre. Ele não vê qualquer hipótese de descontrole das contas públicas nos próximos anos.

O economista Paulo Mansur Levy, que também tem artigos no livro, é outro que não vê com preocupação o tamanho da dívida pública. Segundo ele, embora a dívida esteja hoje em 31,5% do Produto Interno Bruto (excluindo a base monetária), estudos mostram que a taxa pode chegar a 35% sem provocar um descontrole fiscal. Para isso seria recomendável, diz, um superávit primário de 1,8%, juros de 12% ao ano e o uso de receita de privatização para o abatimento da dívida. O economista Ricardo Varsano afirma que, ao fazer um ajuste fiscal, o Governo deve manter a carga tributária equivalente a 30% do PIB e combater a sonegação fiscal das pessoas físicas. ■